INFORME | Cooperação Internacional do MPF

17/09/2018 a 01/10/2018

Informe Cooperação Internacional - Edição 20/2018

Em Portugal, Raquel Dodge defende os mecanismos da colaboração premiada e do acordo de leniência

PGR participou de reunião com procuradores do Departamento Central de Investigação e Ação Penal do Ministério Público português

Raquel Dodge reúne-se com procuradora-geral da Espanha para fortalecer cooperação jurídica

Ambos os países têm interesse em acelerar a troca de informações no âmbito de investigações em andamento

54ª fase da Operação Lava Jato realiza busca e apreensão em Portugal

Autoridades de Portugal, em cooperação com o MPF, cumpriram mandado de busca e apreensão em endereços ligados a Mário Ildeu de Miranda, operador financeiro

NOTÍCIAS DA INTRANET NACIONAL

MPF defende utilização de plataforma digital certificada para conferir segurança à cooperação internacional

MPF pede transferência de ação penal contra Raul Schmidt para Portugal

Comissão Parlamentar da Noruega conhece atuação do MPF no combate à corrupção e proteção do meio ambiente

PGR e ESMPU firmam acordo de cooperação com universidade portuguesa

Libanês é preso no Brasil a pedido da Procuradoria-Geral da República

Voltar ao topo

DESTAQUES

Em Portugal, Raquel Dodge defende os mecanismos da colaboração premiada e do acordo de leniência

PGR participou de reunião com procuradores do Departamento Central de Investigação e Ação Penal do Ministério Público português

Em reunião realizada na manhã desta quinta-feira (20) com procuradores portugueses, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu a colaboração premiada e o acordo de leniência amparados pelo princípio da legalidade. O encontro com membros do Departamento Central de Investigação e Ação Penal do Ministério Público lusitano foi um dos compromissos da PGR no primeiro dia da missão em Portugal. O objetivo das visitas a este país e à Espanha, na próxima semana, é fortalecer a cooperação jurídica e a troca de informações, principalmente, nas investigações criminais. A secretária de Cooperação Internacional da PGR, Cristina Romanó, acompanha a PGR nas atividades da agenda oficial.

Participaram da primeira reunião do dia o procurador-geral adjunto do MP português, Amadeu Guerra, e os procuradores do Dciap, que atuam em procedimentos ligados a investigações em curso no Brasil. Na ocasião, Raquel Dodge falou sobre as peculiaridades da colaboração premiada e da leniência, uma vez que há questionamentos sobre a validade do compartilhamento de provas colhidas por meio desses mecanismos, por parte do MP português.

A PGR destacou que as leis brasileiras recentes que dispõem sobre a colaboração e a leniência foram avanços essenciais para esclarecer a prática do crime de corrupção no Brasil e, principalmente, para comprovar as irregularidade na Justiça, já que a corrupção é um crime que deixa poucos vestígios. "O MPF não está de modo algum limitando arbitrariamente a cooperação internacional. Pelo contrário, está honrando a cláusula de um acordo, homologado pelo Supremo Tribunal Federal, que possibilitou justamente que a prova fosse obtida", frisou Raquel Dodge, completando que a cláusula de reparação do dano é inegociável. A PGR considera que somente o modo de ressarcimento pode ser negociado.

Os representantes do MP de Portugal, por sua vez, ressaltaram que as diferenças de sistemas processuais não podem ser empecilho à cooperação, e propuseram a busca de soluções conjuntas. Providência necessária, já que, desde 2017, em matéria penal, o Ministério Público Federal brasileiro fez 12 pedidos de informação ao país lusitano, e o MP português enviou 167 solicitações ao Brasil. Somente no âmbito da operação Lava Jato o MPF formulou 14 pedidos de cooperação a Portugal e recebeu dois.

Outros compromissos – Nesta quinta-feira, Raquel Dodge também se reuniu com a procuradora-geral portuguesa, Joana Marques Vidal. Na reunião bilateral, elas falaram sobre o fortalecimento das relações de cooperação interinstitucional e abordaram questões relativas a equidade de gênero. Além disso, a PGR de Portugal assinou a carta de adesão ao Instituto Global de Ministérios Públicos para o Ambiente.

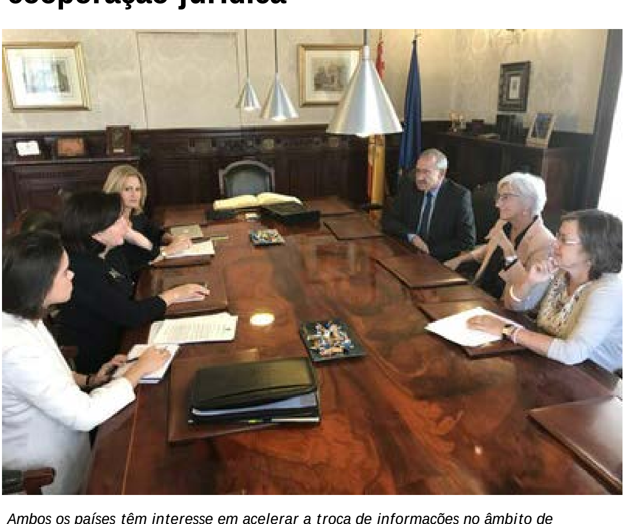
Em seguida, a PGR participou do lançamento oficial do site do Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Fundada em 1996, a comunidade é integrada pelos Ministérios Públicos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, e ainda tem 18 países como observadores associados. O evento contou com a participação do embaixador do Brasil em Portugal, Luiz Alberto Figueiredo Machado e de embaixadores de todos os países da CPLP, além de representantes de entidades públicas portuguesas relacionadas ao Judiciário.

Em relação ao portal que concentra informações sobre o funcionamento do Ministério Público nos dez países, Raquel Dodge elogiou a iniciativa, destacando que o MP brasileiro encaminhará informações para alimentar a ferramenta. "Isso reforça o vínculo institucional, valoriza as prerrogativas de independência e autonomia do Ministério Público e a adoção de ferramentas jurídicas que reforçam o combate à corrupção, a lavagem de dinheiro, o crime organizado e a defesa de direitos nas dez nações que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa", afirmou.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr

Voltar ao topo

Raquel Dodge reúne-se com procuradora-geral da Espanha para fortalecer cooperação jurídica



Ambos os países têm interesse em acelerar a troca de informações no âmbito de investigações em andamento

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, deu continuidade, nesta segunda-feira (24), à missão iniciada na semana passada para fortalecer a cooperação jurídica e a troca de informação com Portugal e Espanha. Em Madrid, a PGR se reuniu com a chefe do Ministério Público espanhol, María José Segarra, e procuradores que atuam na área criminal, ambiental e internacional. "Tomamos a iniciativa de pedir esse encontro com o objetivo de acelerar a cooperação com a Espanha no enfrentamento a crimes como a corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa e tráfico de drogas e de mulheres", afirmou Raquel Dodge. A secretária de Cooperação Internacional da PGR, Cristina Romanó também participou da conversa.

Durante a reunião, foram discutidos todos os casos em andamento que envolvem a cooperação entre Brasil e Espanha. Atualmente, há 18 pedidos de cooperação realizados pelo MP espanhol à PGR, e 11 solicitações brasileiras enviadas à Espanha. No encontro com a PGR, os procuradores espanhóis reforçaram pedido de informações sobre investigações envolvendo o ex-presidente da CBF Ricardo Teixeira, atualmente sob investigação na unidade do MPF no Rio de Janeiro. O caso é considerado prioritário pelo MP espanhol por conta do prazo prescricional. A PGR informou que as portas do MPF no Brasil estão abertas e que a disposição é no sentido de agilizar a cooperação.

Por parte do Ministério Público Federal, Raquel Dodge pediu celeridade na investigação que envolve o advogado Rodrigo Tacla Duran, alvo da Lava Jato. Como ele tem dupla cidadania, o governo espanhol negou a extradição. Nesse caso, o pedido da PGR é para sejam analisados os documentos enviados em 31 de julho, quando foi proposta a transferência de jurisdição, para que Tacla Duran seja processado pela Justiça espanhola.

Raquel Dodge também enfatizou a importância de avançar nos acordos para a formação de Equipes Conjuntas de Investigação (ECIs), no âmbito do caso Defex, no qual se apuram crimes de corrupção em transações comerciais internacionais e lavagem de dinheiro com ramificações principalmente no Brasil e na Espanha. O procedimento também é apontado como alternativa para o enfrentamento ao tráfico de mulheres, que já é objeto de ações penais em curso no Brasil.

Outros assuntos – A PGR aproveitou a reunião bilateral para buscar apoio na difusão e internacionalização do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Pessoas desaparecidas (Sinalid). Trata-se de uma ferramenta eletrônica de cruzamento de base de dados para enfrentar o desaparecimento de pessoas. Além disso, Raquel Dodge apresentou à procuradora-geral espanhola a carta de adesão ao Instituto Global do Ministério Público para o Ambiente. A iniciativa recebeu sinalização positiva por parte do MP espanhol.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr

Voltar ao topo

54ª fase da Operação Lava Jato realiza busca e apreensão em Portugal

Autoridades de Portugal, em cooperação com o MPF, cumpriram mandado de busca e apreensão em endereços ligados a Mário Ildeu de Miranda, operador financeiro

Na madrugada desta terça-feira (25), foi deflagrada a 54ª fase da Operação Lava Jato, a segunda etapa realizada no exterior. A partir de um pedido de cooperação internacional feito pelo Ministério Público Federal, o Ministério Público de Portugal obteve autorização judicial e cumpriu hoje cinco mandados de busca e apreensão em endereços em Lisboa, ligados ao operador financeiro Mário Ildeu de Miranda.

Mário Ildeu foi alvo da 51ª fase da Operação Lava Jato, realizada em 8 de maio de 2018, quando havia mandados de prisão e de busca e apreensão em endereços no Brasil ligados a ele. Naquela oportunidade, as investigações revelaram o pagamento de propina superior a US$ 56,5 milhões entre os anos de 2010 e 2012. Esses valores eram relacionados à obtenção fraudulenta de um contrato de mais de US$ 825 milhões, firmado em 2010 pela Petrobras com a Construtora Norberto Odebrecht.

Parte dos pagamentos de vantagens indevidas foram realizados mediante estratégias de ocultação e dissimulação, contando com a atuação do chamado Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, e com a participação decisiva de Mário Ildeu de Miranda para que os recursos, na ordem de pelo menos US$ 11,5 milhões, chegassem a contas secretas mantidas no exterior por funcionários corrompidos da Petrobras. Parte desses fatos foram denunciados em 8 de junho de 2018, estando a ação penal (autos nº 5023942-46.2018.4.04.7000) ainda em curso perante a 13ª Vara Federal de Curitiba.

Malas e equipamentos levados ao exterior – Quando deflagrada a 51ª fase da Operação lava Jato não foi possível o cumprimento imediato do mandado de prisão preventiva de Mário Ildeu de Miranda, vez que ele tinha deixado o país na véspera, com destino a Portugal. Conforme se apurou, o investigado evadiu-se de sua residência portando quatro grandes malas de viagem e seus dispositivos eletrônicos. Em 14 de maio, o investigado se apresentou às autoridades brasileiras, porém, sem as malas e dispositivos pessoais que levara ao exterior.

Assim, as buscas nos endereços de Mario Ildeu de Miranda, realizadas nesta data em Lisboa, têm por objetivo apreender os documentos e dispositivos eletrônicos que possam estar escondidos naquele país, além de identificar provas de outros crimes, ainda não denunciados, para a continuidade das investigações. Miranda pagou fiança de R$ 10 milhões e responde ao processo em liberdade.

Cooperação internacional - De forma célere, a força-tarefa Lava Jato em Curitiba obteve autorização judicial perante a 13ª Vara Federal de Curitiba para formalizar pedido de cooperação internacional à República Portuguesa. Contando com o auxílio da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) da Procuradoria-Geral da República, em menos de quatro meses desde o envio do pedido, o Ministério Público de Portugal, com autorização judicial, pôde cumprir os mandados de busca e apreensão requeridos pelo Ministério Público Federal, objetivando encontrar as provas retiradas do território nacional.

O procurador da Repu¤blica Júlio Noronha, integrante da forc¤a-tarefa Lava Jato em Curitiba e que acompanhou as buscas em Lisboa, afirma que "a realização desta operação consolida uma nova perspectiva das investigações: vamos atrás das provas onde elas estiverem. As fronteiras nacionais não impedem as investigações. Como as medidas cumpridas evidenciam, a realidade é que o Ministério Público Federal, com o auxílio de autoridades estrangeiras, hoje busca não apenas bens e valores mantidos no exterior, mas provas dos crimes cometidos no Brasil".

As medidas cumpridas hoje em Portugal correspondem à segunda fase internacional da Operação Lava Jato. A primeira fase realizada no exterior, também em Lisboa, Portugal, ocorreu em 21 de março de 2016, e teve como alvo o operador financeiro Raul Schmidt Felippe Junior.

É mais um resultado dos esforços do Ministério Público Federal para a manutenção de uma rede de cooperação internacional ativa e eficiente. Partiu da Procuradoria-Geral da República o pedido de autorização para que o Procurador da República Júlio Carlos Motta Noronha, o Delegado de Polícia Federal Felipe Eduardo Hideo Hayashi, e o Agente de Polícia Federal Tiago Preto de Souza participassem da operação em Lisboa, acompanhando as autoridades portuguesas.

Lava Jato – Acompanhe todas as informações oficiais do MPF sobre a Operação Lava Jato no site www.lavajato.mpf.mp.br.

Atendimento à imprensa
Fones: 41. 3219-8843/ 3219-8870/ 3219-8934/ 8852-7555/ 8700-2242
E-mail: prpr-ascom@mpf.mp.br
Site: www.mpf.mp.br/pr
Twitter: www.twitter.com/MPF_PRPR

Voltar ao topo

MPF defende utilização de plataforma digital certificada para conferir segurança à cooperação internacional

Tema foi debatido em reunião da Rede de Recuperação de Ativos do Grupo de Ação Financeira da América Latina

Fomentar o uso da plataforma eletrônica da Rede de Recuperação de Ativos do Grupo de Ação Financeira Internacional da América Latina (RRAG-Gafilat) para o intercâmbio de informações voltadas ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Essa foi a diretriz proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) na reunião anual dos pontos de contato da Rede, realizada em Havana, Cuba, nos dias 10 e 12 de setembro. A plataforma, criada em 2010 e certificada pelo Gafi, possibilita o intercâmbio de informações em um ambiente seguro, mantido pela Unidade de Inteligência Financeira da Costa Rica.

Para o secretário adjunto de Cooperação Internacional do MPF Carlos Bruno Ferreira da Silva, que participou da reunião, é fundamental que essa ferramenta seja cada vez mais usada pelos integrantes do grupo, em substituição a outros meio digitais de troca de informação, como forma de garantir a segurança dos dados. "Embora existam outros meios tecnológicos que permitem uma comunicação rápida, a plataforma da RRAG é o meio mais seguro para trocar informações de inteligência, que posteriormente serão utilizadas em pedidos de cooperação internacional", defendeu.

Atualmente, a plataforma só permite ao país requerente dizer que a demanda foi cumprida pelo país requerido ou não. Com a proposta do MPF, acolhida pelo grupo, a ideia é que a resposta dada aos países possa ser gradualmente complementada pelo próprio sistema e que nele possa ser disponibilizado acesso a todo tipo de base de dados. Embora hoje a resposta brasileira aos pedidos de cooperação feitos por países do grupo seja ágil, segundo Carlos Bruno, é possível aprimorar a troca de informações com os demais integrantes da rede, sobretudo por meio do sistema.

Nos últimos 12 meses, o total de consultas feitas pelo MPF brasileiro dentro da plataforma da RRAG não chegou a 150, sendo que tramitaram na Secretaria de Cooperação Internacional 293 pedidos ativos e passivos, envolvendo países do grupo. "Acreditamos que o MPF, por meio da SCI, pode colaborar para que o Brasil utilize mais ativamente as possibilidades da plataforma", sintetizou.

Outro ponto de destaque no encontro, tratado pelos países presentes como fundamental para o combate ao terrorismo e à lavagem de dinheiro, foi a criação, em cada ordenamento jurídico interno, de meios de "extinção de domínio" para o enfraquecimento de grupos criminosos. A ação de extinção de domínio permite que o juiz decrete, antes da condenação final do réu, a perda de bens e valores, que sejam produto ou proveito do ilícito cometido. Além disso, propôs-se a formação de Equipes Conjuntas de Investigação com outros países e de instrumentos céleres para identificação de beneficiários finais de empresas utilizadas para cometer de crimes.

Participaram da reunião integrantes das polícias e dos Ministérios Públicos de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Espanha, França, Itália, Alemanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Panamá e Uruguai. A delegação brasileira era composta pelo Ministério da Justiça, pela Polícia Federal e pelo MPF, representado pelo secretário adjunto de Cooperação Internacional.

RRAG/Gafilat - A rede tem como propósito facilitar o intercâmbio de informações entre as forças de segurança, principalmente para identificação e localização de bens provenientes de atos criminosos, de forma a facilitar a cooperação jurídica entre países. Além de possibilitar a troca de informações entre os integrantes do grupo, a RRAG recebe e transmite pedidos de outras redes, como a Carin (que engloba 54 membros, incluindo os 28 da União Europeia), a Arin-AP (21 jurisdições da Ásia e Pacífico) e a Arin-Caribe.

Voltar ao topo

MPF pede transferência de ação penal contra Raul Schmidt para Portugal

Providência foi solicitada após reuniões da procuradora-geral da República com autoridades portuguesas

O Ministério Público Federal (MPF) solicitou a transferência da ação penal contra Raul Schmidt para Portugal. O pedido já foi encaminhado ao juiz federal Sérgio Moro, após a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e a secretária de Cooperação Internacional do MPF, Cristina Romanó, discutirem o assunto com autoridades portuguesas. Denunciado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Schmidt fugiu para Portugal - onde ostenta a condição de nacional - e teve a sua entrega por meio de extradição negada ao Brasil. Assinado pelos procuradores da República que integram a Força Tarefa da Lava Jato em Curitiba, o pedido de transferência tem o objetivo de assegurar que o acusado responda ao processo e cumpra pena – caso seja condenado – em Portugal.

O pedido de transferência do caso da Força Tarefa da Lava Jato teve como fundamento jurídico os artigos 47 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e o 21 da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional. No documento, o MPF destaca que os dois dispositivos de cooperação jurídica internacional foram recepcionados pelo ordenamento jurídico brasileiro, possuindo "status de leis plenamente válidas e eficazes". Destaca ainda que é do interesse da boa administração da Justiça a apuração dos fatos descritos na denúncia.

Essa medida viabilizará ao Ministério Público Português realizar as ações necessárias para a persecução penal dos crimes cometidos pelo empresário, conforme o disposto no artigo 5º da Convenção de Extradição da CPLP e no artigo 5º do Código Penal Português. Raul Schmidt é apontado como operador financeiro de um esquema criminoso que agia na Petrobras. As investigações atribuíram a ele, a prática de atos de lavagem de dinheiro adquirido pela organização criminosa em decorrência de crimes como cartel, fraude à licitação e corrupção de agentes públicos. De acordo com a denúncia, os delitos foram praticados tanto no Brasil quanto no exterior, a partir de depósitos bancários ilegais.

Sobre o caso - Investigado há pelo menos três anos anos no Brasil, Raul Schmidt teve a prisão decretara em julho de 2016. Foi preso em Portugal, em março do ano seguinte, na primeira fase internacional da Operação Lava Jato. O pedido de extradição do brasileiro, solicitado logo após a sua prisão, foi determinado pelo Tribunal da Relação de Lisboa. Raul Schmidt recorreu ao STJ de Portugal, que em setembro de 2017, confirmou a extradição. Entre os meses de novembro de 2017 e janeiro de 2018, o acusado sofreu outras três derrotas judiciais no Tribunal Constitucional de Portugal (TCP) .

No entanto, antes que a ordem de extradição fosse cumprida, o Tribunal da Relação de Lisboa suspendeu a emissão do "mandado de desligamento", documento imprescindível para a entrega às autoridades brasileiras, até a finalização do "recurso de revisão" (espécie de ação rescisória). Julgada no mês de abril pelo Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, a ação impediu a extradição. No mesmo período, Raul Schmidt recorreu ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) alegando que as unidades prisionais brasileiras não cumpriam os padrões mínimos exigidos pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Em todas as etapas da discussão envolvendo o pedido de extradição, houve atuação da Secretaria de Cooperação Internacional do MPF com o propósito de garantir a extradição. No mês de abril, a procuradora-geral da República (PGR), Raquel Dodge, enviou às autoridades portuguesas ofício reafirmando o compromisso do Estado brasileiro de garantir e respeitar os direitos fundamentais de Raul Schmidt. No entanto, diante do prolongamento do caso em Portugal e, para assegurar a aplicação da Justiça, a decisão foi no sentido de solicitar a transferência do caso para o país europeu.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr

Voltar ao topo

Comissão Parlamentar da Noruega conhece atuação do MPF no combate à corrupção e proteção do meio ambiente

Em visita ao Brasil, o grupo se reuniu com membros do MPF e também conheceu boas práticas nas áreas de cooperação internacional, direitos humanos e povos indígenas

O Ministério Público Federal (MPF) recebeu, na última quinta-feira (20), membros da embaixada da Noruega e do Comitê Permanente em Matéria de Controle e Assuntos Constitucionais do Parlamento no país. O grupo, responsável pela condução de investigações sobre a administração pública norueguesa, conheceu a estrutura e o funcionamento do MPF, assim como boas práticas institucionais de combate à corrupção, proteção do meio ambiente e dos direitos fundamentais. Na reunião, os noruegueses conheceram ações e programas desenvolvidos pela Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) e pelas Câmaras de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4CCR), Combate à Corrupção (5CCR) e Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais(6CCR).

No encontro, a coordenadora da 5CCR, subprocuradora-geral da República Maria Iraneide, falou sobre as ferramentas de investigação usadas pelo MPF no combate à corrupção no Brasil. Ela destacou as grandes operações realizadas nos últimos anos, como Lava Jato, que levaram à condenação de grandes autoridades brasileiras. Nesse sentido, a cooperação jurídica com outros países tem desempenhado papel fundamental no enfrentamento aos crimes transnacionais, conforme destacou o secretário adjunto de Cooperação Internacional, Carlos Bruno Ferreira. Apenas na Lava Jato, foram 548 pedidos de cooperação internacional desde que a operação teve início, em 2014. Ao todo, o Brasil fez 269 solicitações de apoio jurídico para 45 países e recebeu 279 pedidos de 36 estados estrangeiros. Como resultado, mais de R$ 800 milhões já foram objeto de repatriação.

O coordenador da Câmara de Meio Ambiente, subprocurador-geral Nívio de Freitas, e o procurador da República Daniel Azeredo fizeram uma exposição sobre as principais linhas de atuação 4CCR. Eles apresentaram o projeto "Amazônia Protege", que utiliza o monitoramento via satélite para identificar focos de desmatamento na região amazônica e possibilitar o ajuizamento de ações civis públicas.

Também falaram sobre outra ação desenvolvida pela Câmara em prol da pecuária sustentável. O protejo Carne Legal resultou em acordos firmados com frigoríficos de diversos estados brasileiros, que passaram a exigir cuidado socioambiental de seus fornecedores. Como fruto da ação, foi feita uma campanha nacional pelo consumo consciente de produtos bovinos. Por fim, o subprocurador-geral da República Roberto Oppermann Thomé, membro titular da 6CCR, fez um panorama geral sobre a questão indígena no país, ressaltando as dificuldades e desafios em se harmonizar os interesses dessas minorias.

Comitê Norueguês - As comissões permanentes ordinárias do parlamento norueguês analisam projetos de lei e proposições que lhes são submetidos em sessão plenária. O Comitê Permanente em Matéria de Controle e Assuntos Constitucionais também tem a função de supervisionar o parlamento, podendo conduzir qualquer investigação sobre a administração pública que entenda necessária. Como resultado de uma apuração, a comissão elabora um relatório com recomendações ao plenário. Na visita ao Brasil, o grupo buscou conhecer os mecanismos de controle adotados pelas instituições brasileiras, além de programas relacionados a meio ambiente, populações indígenas e combate à corrupção.

Voltar ao topo

PGR e ESMPU firmam acordo de cooperação com universidade portuguesa

Parceria com a Universidade Nova de Lisboa visa a troca de informações relativas às áreas ambiental, hídrica, saneamento e saúde

A Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) firmaram, nesta sexta-feira (21), acordo de cooperação com a Universidade Nova de Lisboa. A parceria tem o objetivo de estimular e promover a troca de informações e a apresentação de projetos relacionados a quatro temáticas: meio meio ambiente, recursos hídricos, saneamento e saúde. A procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, assinou o documento em Portugal, onde está em missão oficial. O objetivo das visitas a este país e à Espanha, na próxima semana, é fortalecer a cooperação jurídica internacional.

Entres as atividades previstas no acordo está a capacitação de membros e servidores do MPU, integrantes e colaboradores de projetos relacionados aos assuntos previstos, bem como de professores, estudantes e pesquisadores. A implementação de projetos conjuntos de pesquisa por meio de programas comuns e a organização conjunta de seminários, reuniões e cursos também fazem parte da parceria. Assinaram o documento de cooperação o diretor-geral da ESMPU, João Akira Omoto, o reitor da Universidade Nova de Lisboa, João Sàágua, e o diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Virgílio Cruz machado.

Além da assinatura do acordo, a PGR e a secretária de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal, Cristina Romanó, participaram hoje, em Lisboa, da Conferência Internacional sobre Corrupção – Perspectivas de futuro.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr

Voltar ao topo

Libanês é preso no Brasil a pedido da Procuradoria-Geral da República

Raquel Dodge pediu a decretação da prisão após notificação de Difusão Vermelha

O libanês Assad Ahmad Barakat foi preso nesta sexta-feira (21) em Foz do Iguaçu, do lado brasileiro da Tríplice Fronteira. A ordem para a prisão foi determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge que, no dia 12 de setembro, encaminhou à Corte um pleito de medida cautelar de prisão preventiva para extradição. A prisão foi executada pela divisão antiterrorismo da Polícia Federal.

Na petição, a procuradora-geral explicou que a Polícia Federal encaminhou notificação de Difusão Vermelha com o propósito de que fosse decretada a prisão. No Paraguai, Assad foi acusado de apresentar declaração de nacionalidade incorreta e de omitir informação acerca da perda de nacionalidade, o que na legislação daquele país configura crime de "produção mediata de documentos públicos com conteúdo falso". A informação foi repassada às autoridades paraguaias por ocasião do pedido de renovação do passaporte.

Raquel Dodge destacou que como a data dos fatos investigados foi 3 de abril de 2018, não há indícios de prescrição. Segundo a procuradora-geral, conforme informações das autoridades paraguaias, estão preenchidos os requisitos necessários à prisão para fins de extradição. Enfatiza ainda que, em outra ocasião (2002) , o STF já deferiu a extradição do libanês para apuração de crimes ocorrido no Paraguai. "Com efeito, a prisão, revela-se necessária como modo de salvaguardar o interesse do Estado Paraguaio quando à análise do pedido de extradição, que será encaminhado após ultimação desta medida acauteladora", destaca um dos trechos do documento.

Assad Barakat é apontado como operador financeiro do Hezbollah. É investigado nos Estados Unidos, Argentina e Paraguai. Há informações de que, ao ter conhecimento da decretação de prisão pela justiça do Paraguai, ele solicitou refúgio ao governo brasileiro. Na petição, a PGR frisa que apenas o reconhecimento da condição de refugiado impede o seguimento do pedido de extradição, o que não está presente no caso concreto.

Íntegra

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria-Geral da República
(61) 3105-6406 / 6415
pgr-imprensa@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_pgr

registrado em: *Cooperação Internacional

Voltar ao topo

SECRETARIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
www.mpf.mp.br • pgr-internacional@mpf.mp.br
Tel.: (61) 3105-5820
MPF Ministério Público Federal